



## RELATO DE EXPERIÊNCIA

# Mapeamento institucional da população trans e não binária na Universidade de Brasília: experiências de construção de dados para políticas de inclusão

Caio Henrique Inácio Ferreira, *Universidade de Brasília*  
Benedito Rodrigues dos Santos, *Universidade de Brasília*

**Resumo.** Este relato de experiência apresenta o processo de concepção, execução e análise do Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, realizado em 2025 pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), por meio da Coordenação LGBTQIA+. A iniciativa foi desenvolvida diante da ausência de dados sistematizados sobre essa população, o que dificultava o planejamento e o acompanhamento de ações voltadas à inclusão e à permanência. O artigo descreve o percurso metodológico adotado, os cuidados éticos envolvidos e os principais resultados obtidos, com destaque para a diversidade de identidades de gênero, a predominância de pessoas não binárias entre as respondentes e a expressiva demanda por banheiros agêneros. Também aborda como a sistematização dos dados contribuiu para tornar visíveis experiências antes pouco reconhecidas pelas estruturas administrativas, em diálogo com discussões sobre tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987). A experiência evidencia a relevância de informações consistentes produzidas em interlocução com a comunidade universitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas trans. Universidade. Políticas de inclusão. Tecnologias de Gênero. Mapeamento Institucional.



## 1. Introdução

A Universidade de Brasília (UnB) possui uma trajetória marcada pelo compromisso com a crítica e a inovação no campo educacional brasileiro. Nos últimos anos, esse compromisso se ampliou com o fortalecimento de políticas voltadas à diversidade e aos direitos humanos. Pioneira entre as universidades públicas na adoção de ações afirmativas, a UnB foi a primeira instituição federal a implementar cotas raciais no vestibular, em 2004, medida que influenciou políticas semelhantes em todo o país (Moehleck, 2004; Paixão; Carvano, 2008; Feres Júnior; Zoninsein, 2006).

Entre as iniciativas mais recentes, destaca-se a criação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), vinculada ao Gabinete da Reitoria, e a atuação de suas coordenações temáticas, incluindo a Coordenação LGBTQIA+, responsável por ações de acolhimento, formação e promoção da equidade de gênero e sexualidade na universidade. Apesar dos avanços institucionais, a ausência de dados específicos sobre a população trans e não binária permanecia um desafio significativo.

Sem informações precisas, tornava-se difícil planejar políticas de inclusão, avaliar barreiras de acesso e permanência ou compreender a distribuição dessas pessoas nos diversos espaços da UnB. Essa lacuna evidenciava como a invisibilidade quantitativa também produz formas de exclusão, pois aquilo que não é nomeado tende a não ser considerado nas decisões institucionais.

Foi nesse contexto que, em 2025, a SDH/UnB, por meio da Coordenação LGBTQIA+, desenvolveu o Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília. O objetivo foi identificar e compreender o perfil dessa comunidade, formada por estudantes, docentes e técnicos(as) administrativos(as), suas percepções de acolhimento e suas preferências em relação a aspectos estruturais e simbólicos da vivência universitária, como o uso do nome social e o acesso a banheiros.

A proposta constituiu uma iniciativa institucional pioneira voltada à produção sistemática de dados sobre a população trans e não binária

na universidade. Inspirada nos princípios da participação social e dos direitos humanos, a iniciativa buscou combinar rigor metodológico e sensibilidade ética, reconhecendo que produzir dados também significa produzir reconhecimento. Assim, o mapeamento não se limitou a quantificar uma população, mas afirmou sua existência em uma universidade que, embora plural, ainda se organiza majoritariamente a partir de lógicas binárias de gênero (Butler, 2003).

Ao longo deste relato de experiência, serão apresentados o contexto de criação do mapeamento, sua fundamentação teórica, suas etapas metodológicas, os principais resultados e as reflexões institucionais decorrentes. Pretende-se, com isso, compartilhar uma experiência que tem contribuído para repensar as políticas de diversidade na UnB e para fortalecer a presença de pessoas trans e não binárias nos espaços de decisão e representação acadêmica.

## **2. Contexto e fundamentos teóricos do mapeamento**

O mapeamento institucional da população trans na Universidade de Brasília surgiu em um contexto de fortalecimento das políticas de diversidade no ensino superior público brasileiro. Nas últimas décadas, a universidade tem sido palco de importantes disputas políticas e epistêmicas em torno do reconhecimento das identidades trans e não binárias, que reivindicam não apenas o direito ao acesso, mas também de pertencimento e permanência digna (Bento, 2008; 2017).

A UnB, pioneira em diversas frentes de inclusão, avançou em políticas de ações afirmativas, uso de nome social e combate à discriminação. Contudo, a ausência de dados sistematizados sobre pessoas trans e não binárias, tanto entre estudantes quanto entre servidores(as), limitava a capacidade institucional de compreender a complexidade dessas presenças. Essa lacuna se manifestava em dimensões práticas, como a falta de banheiros neutros ou agêneros, de formulários administrativos sensíveis à diversidade de gênero e de políticas de permanência qualificadas.

A decisão de realizar um mapeamento específico foi motivada por uma necessidade política e epistemológica. Política, porque os dados se tornaram indispensáveis para subsidiar a formulação de resoluções e diretrizes internas, como a ampliação das cotas trans, a adequação dos sistemas de matrícula e o planejamento de infraestrutura inclusiva. Epistemológica, porque implicava reconhecer que a produção de conhecimento é atravessada por relações de poder, e que a universidade,



longe de ser apenas espaço de neutralidade, também opera como dispositivo que produz e regula o gênero (Foucault 1988; Butler, 2003).

Essa compreensão dialoga com o conceito de tecnologias de gênero, proposto por Teresa de Lauretis (1987), segundo o qual o gênero não é essência nem simples identidade, mas efeito de práticas, discursos e instituições que o produzem e reiteram continuamente. Para a autora, tecnologias de gênero são mecanismos culturais e institucionais que ensinam, regulam e impõem modos de ser homem, mulher, estabelecendo os limites do que é considerado inteligível ou legítimo.

Ao mobilizar esse conceito no contexto universitário, torna-se possível compreender que a universidade pode operar por meio de tecnologias de gênero. Seus formulários, sistemas digitais, estruturas físicas e normas administrativas constituem dispositivos que reforçam ou tensionam a lógica binária. Quando o sistema de matrícula obriga a escolha entre “masculino” e “feminino”, ou quando os banheiros permanecem rigidamente segregados, a instituição materializa expectativas de gênero e, ao mesmo tempo, pode produzir exclusões.

Esse processo se articula à produção intelectual de autoras brasileiras que têm tensionado a cisnormatividade e ampliado o debate sobre gênero no país. Entre elas, destaca-se Berenice Bento (2008, 2017), cuja obra *O que é transexualidade?*, embora escrita a partir de uma posição cisgênera, tornou-se fundamental para denunciar dispositivos institucionais de controle e consolidar o campo dos estudos críticos sobre transexualidades no Brasil.

Ao lado dessa contribuição, autoras trans como Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2017), Luma Nogueira de Andrade (2015), Letícia Nascimento (2021) formulam epistemologias situadas que afirmam as pessoas trans como produtoras de conhecimento e como sujeitas políticas capazes de narrar suas próprias experiências. É nesse horizonte que o mapeamento se inscreve, como gesto metodológico e político que desloca a universidade de uma posição de tutela para uma posição de reconhecimento.

A experiência da UnB, portanto, integra um movimento mais amplo de repolitização do conhecimento sobre gênero e diversidade, que desafia fronteiras entre pesquisa e gestão pública. Realizar um mapeamento institucional significou não apenas coletar informações,

mas inaugurar um modo de pensar a universidade a partir da pluralidade de corpos, identidades e trajetórias que a compõem.

### **3. Metodologia e percurso da experiência**

O Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília (UnB) foi desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), por meio da Coordenação LGBTQIA+, em articulação com a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA). As etapas de elaboração, aplicação e sistematização ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2025.

A iniciativa surgiu da necessidade de reunir informações que até então se encontravam dispersas em registros administrativos e relatos informais no interior da universidade. O objetivo foi sistematizar esses dados de forma padronizada, possibilitando compreender a distribuição da população trans e não binária na instituição e identificar dimensões centrais da vivência universitária.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado pela equipe técnica da Coordenação LGBTQIA+ da SDH, a partir de discussões internas e de demandas observadas no atendimento institucional à comunidade universitária. Durante esse processo, o formulário também foi apresentado a um servidor trans vinculado às atividades da coordenação, que contribuiu com sugestões para o aprimoramento e validação das categorias utilizadas.

A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário eletrônico composto exclusivamente por perguntas fechadas em formato de múltipla escolha, com o objetivo de facilitar a sistematização e a análise quantitativa das respostas. As questões foram organizadas em cinco blocos temáticos, a saber: identificação institucional, identidade de gênero, preferência de uso de banheiro, uso do nome social e percepção de acolhimento. Esses blocos temáticos foram definidos com o propósito de reunir informações consideradas relevantes para subsidiar a formulação de políticas institucionais voltadas à inclusão e à permanência de pessoas trans na universidade.

O instrumento priorizou informações diretamente relacionadas à experiência institucional das pessoas participantes, não incluindo perguntas sobre renda, raça/cor ou local de nascimento. Embora o acesso ao formulário tenha sido realizado por meio de e-mails institucionais (@unb.br), os dados foram consolidados e analisados em formato anonimizado. Informações que poderiam permitir a



identificação direta das pessoas participantes não foram divulgadas nos resultados apresentados. O acesso aos dados brutos ficou restrito à equipe técnica da Coordenação LGBTQIA+ responsável pela sistematização do levantamento.

Nesse sentido, o levantamento foi realizado como um diagnóstico institucional no âmbito da gestão universitária, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas administrativas voltadas à promoção da inclusão e da permanência na Universidade de Brasília. Por se tratar de uma iniciativa de caráter administrativo e institucional, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados princípios éticos fundamentais, como a participação voluntária, o anonimato das respostas e a confidencialidade das informações coletadas.

Após o encerramento da etapa de coleta, os dados foram sistematizados e analisados pela equipe técnica da SDH. O processo analítico privilegiou a identificação de tendências institucionais e padrões agregados, evitando interpretações de caráter medicalizante ou individualizante das experiências relatadas. Nesse sentido, buscou-se situar as informações produzidas no plano das dinâmicas institucionais e das condições de permanência na universidade. Como limitação metodológica, considera-se a possibilidade de subnotificação, além de variações no nível de engajamento entre os diferentes campi da universidade. Esses fatores podem ter influenciado o alcance do levantamento e a representatividade das respostas.

Em suma, os resultados foram organizados em relatório técnico posteriormente apresentado à Reitoria, aos decanatos e aos coletivos estudantis, passando a integrar o acervo institucional da Secretaria de Direitos Humanos. O documento tem sido utilizado como subsídio para revisões administrativas, formulação de diretrizes e ampliação do debate institucional sobre políticas de inclusão na UnB.

#### **4. Principais resultados e análises**

O mapeamento institucional contou com a participação de 334 pessoas trans e não binárias vinculadas à UnB, das quais 198 se identificaram como trans não binárias. A categoria “não binária” corresponde às respostas autodeclaradas dessa forma, sem o



agrupamento de outras denominações. O conjunto de respondentes abrange diferentes perfis e vínculos acadêmicos, evidenciando a presença significativa dessa população na instituição e a relevância de instrumentos que permitam tornar visíveis suas trajetórias no ensino superior.

A predominância de pessoas não binárias contrasta com os dados apresentados nos dossiês da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2020; 2022; 2024), que concentram informações principalmente sobre travestis e mulheres trans. Isso ocorre porque esses relatórios se baseiam, em grande medida, no monitoramento de violências e assassinatos contra pessoas trans no Brasil, fenômenos que atingem de forma mais intensa esses grupos. Desse modo, tais documentos produzem um retrato marcado pela vulnerabilidade extrema, e não uma distribuição demográfica abrangente da população trans.

No contexto universitário da UnB, por sua vez, observa-se a predominância de pessoas trans não binárias, o que pode indicar dinâmicas específicas do ambiente acadêmico. Como o mapeamento envolve pessoas que já acessaram o ensino superior, os dados refletem um recorte institucional e geracional particular. Em espaços universitários, onde circulam debates sobre diversidade, direitos e pluralidade identitária, determinadas formas de nomeação de gênero tendem a encontrar maior reconhecimento social e simbólico.

Nesse sentido, a diferença entre os dados da UnB e os levantamentos nacionais não deve ser interpretada como evidência de menor vulnerabilidade entre pessoas trans não binárias, mas como resultado de distintos recortes metodológicos. Enquanto os dossiês da ANTRA documentam sobretudo situações de violência letal, o mapeamento institucional registra a presença de pessoas trans que conseguiram acessar a educação superior. Os dois conjuntos de dados, portanto, iluminam dimensões distintas e complementares da realidade da população trans no Brasil.

Quanto ao vínculo com a universidade, 282 pessoas (84,4%) eram estudantes de graduação, 20 (6%) da pós-graduação, 22 (6,6%) docentes e 10 (3%) técnicos(as) administrativos(as). A expressiva participação de estudantes de graduação sugere que políticas de ampliação do acesso ao ensino superior podem estar contribuindo para a presença crescente de pessoas trans nos cursos universitários. Por outro lado, a menor representatividade na pós-graduação e entre servidores(as) pode indicar dificuldades de permanência e progressão nas trajetórias acadêmicas e



profissionais, possivelmente associadas a barreiras institucionais, econômicas e simbólicas.

Em relação à preferência de uso de banheiros, 241 pessoas (72,2%) declararam preferir banheiros neutros, unissex ou agêneros; 58 (17,4%) optaram pelo banheiro masculino e 35 (10,4%) pelo banheiro feminino. O resultado aponta para uma demanda significativa por espaços neutros, percebidos como ambientes mais seguros e confortáveis para pessoas cujas identidades não se enquadram exclusivamente nas divisões tradicionais de gênero. Esse dado dialoga com o conceito de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), ao evidenciar que a organização espacial e arquitetônica das instituições também participa da produção de inclusões e exclusões.

Entre os 334 respondentes, 140 (41,9%) declararam utilizar o nome social nos registros institucionais, enquanto 194 (58,1%) informaram não utilizá-lo. Esse resultado admite diferentes interpretações. Parte dos respondentes pode já ter realizado a retificação civil do nome, enquanto outros podem evitar o uso do nome social devido às limitações nos sistemas administrativos, receio de exposição ou falta de confiança nas garantias institucionais.

Quando questionadas sobre o grau de acolhimento da universidade, 297 pessoas (88,9%) consideraram a UnB acolhedora, 27 (8%) pouco acolhedora e 10 (3%) nada acolhedora. Embora o resultado geral seja positivo, a leitura crítica exige cautela. O alto índice de acolhimento pode refletir uma autoimagem institucional progressista, mas não necessariamente a ausência de desafios cotidianos. A coexistência de experiências de acolhimento com relatos de transfobia ou constrangimento reforça a necessidade de políticas que transcendam o discurso da inclusão e se concretizem em práticas efetivas de respeito e equidade.

Em conjunto, esses dados indicam que a UnB é percebida como um espaço em processo de transformação, isto é, relativamente aberto à diversidade de gênero, mas ainda atravessado por estruturas institucionais que reproduzem lógicas binárias. A pluralidade de experiências relatadas aponta que o acolhimento institucional constitui um processo dinâmico, que depende de ações contínuas de



sensibilização, formação de servidores(as) e fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção e cuidado.

## **5. Reflexões institucionais e considerações finais**

O mapeamento institucional da população trans e não binária da Universidade de Brasília representou um marco histórico na consolidação das políticas de diversidade de gênero no ensino superior público brasileiro. A experiência demonstrou que produzir dados sobre uma população sistematicamente invisibilizada não é apenas um exercício técnico ou estatístico, mas um ato político de reconhecimento.

Ao longo do processo, a SDH, por meio da Coordenação LGBTQIA+, reafirmou o papel das instâncias institucionais como mediadoras entre as demandas da comunidade e as respostas da gestão universitária. A escuta, o respeito à autodeclaração e o cuidado ético na condução do levantamento foram elementos centrais para que o mapeamento fosse percebido como uma ação de acolhimento, e não de controle.

O conjunto de resultados, sobretudo o predomínio de pessoas trans não binárias, a ampla demanda por banheiros agêneros e a sub-representação na pós-graduação, evidencia tensões estruturais e desafios persistentes. O reconhecimento dessas dinâmicas permite compreender que o gênero, mais do que um atributo individual, é uma categoria que atravessa e organiza as próprias práticas institucionais.

A leitura inspirada em Teresa de Lauretis (1987) permite compreender esse movimento de forma mais precisa. Se a universidade opera como uma tecnologia de gênero, organizada por práticas e dispositivos que produzem e regulam identidades, o mapeamento funciona como um contraponto a esse mecanismo. Ao nomear e visibilizar sujeitos historicamente apagados, o levantamento desafia a lógica binária sobre a qual se estruturam os sistemas acadêmicos e administrativos, abrindo espaço para políticas mais inclusivas e humanizadas.

Do ponto de vista institucional, a experiência produziu desdobramentos concretos. Os dados coletados têm subsidiado o debate sobre a ampliação de banheiros agêneros nos campi, a revisão dos formulários administrativos que ainda restringem opções de gênero e o aperfeiçoamento das políticas de cotas para pessoas trans e de nome social. Além disso, o mapeamento reforçou a importância de integrar a



variável “identidade de gênero” aos sistemas de informação da universidade, como o SIGAA e o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), de modo a tornar o monitoramento permanente e atualizado.

O mapeamento da UnB mostrou que a produção de dados sobre a população trans contribui para uma compreensão mais precisa da composição da comunidade universitária, de modo a identificar demandas específicas e orientar ajustes em procedimentos internos, serviços e políticas existentes. O processo também evidenciou a importância de sistematizar informações de forma contínua para permitir leituras institucionais mais consistentes sobre a distribuição de pessoas trans e não binárias nos diferentes setores e para apontar aspectos da experiência acadêmica que requerem atenção.

Diante dos resultados, recomenda-se que a UnB mantenha o mapeamento como instrumento permanente, com atualizações periódicas e integração às ações de inclusão, a fim de acompanhar mudanças no perfil da comunidade e avaliar a efetividade das medidas adotadas. Mais do que um levantamento pontual, o mapeamento se apresenta como uma ferramenta de gestão que reúne informações essenciais para apoiar o planejamento e o monitoramento de ações institucionais relacionadas à diversidade presente na universidade.

Entre as limitações do levantamento, destaca-se o caráter voluntário da participação, que pode gerar subnotificação ou diferenças de engajamento entre setores da universidade. Além disso, trata-se de um mapeamento institucional específico, circunscrito ao contexto da Universidade de Brasília, o que limita generalizações para outros contextos do ensino superior brasileiro.

Espera-se que o relato desta experiência possa contribuir para que outras universidades desenvolvam iniciativas semelhantes, a fim de produzir diagnósticos mais precisos sobre suas comunidades e para orientar ações de inclusão baseadas em informações sistematizadas. Por fim, a descrição do percurso metodológico e institucional adotado na UnB oferece subsídios que podem ser adaptados a diferentes realidades, de modo a apoiar a formulação de políticas mais alinhadas à diversidade existente no ensino superior.

## Referências:

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Boletim 02/2020: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil – 2022*. Brasília, 2022. Disponível em: [https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2022\\_Antra\\_Dossi\\_eAssassinatosEViolencias.pdf](https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2022_Antra_Dossi_eAssassinatosEViolencias.pdf). Acesso em: 15 nov. 2025.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil – 2024*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apesar-de-queda-brasil-se-gue-como-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo1>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

COORDENAÇÃO LGBTQIA+ DA SDH. *Pesquisa Mapeamento de Pessoas Trans e Não Binárias na Universidade de Brasília (UnB)* [formulário online, acesso restrito]. Brasília: Universidade de Brasília, 2025. Acesso em: set. 2025.

FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientação sexual e identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: [s.n.], 2012.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242. (original de 1987).

MOEHLECKE, Sabrina. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n. 123, p. 197-217, jul. 2004.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA DE ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa de gênero*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

## Mapeo institucional de la población trans y no binaria en la Universidad de Brasilia: experiencias en la recopilación de datos para políticas de inclusión

Resumen. Este relato de experiencia presenta el proceso de concepción, ejecución y análisis del Mapeo Institucional de la Población Trans y No Binaria de la Universidad de Brasilia, realizado en 2025 por la Secretaría de Derechos Humanos (SDH), por medio de la Coordinación LGBTQIA+. La iniciativa se desarrolló ante la ausencia de datos sistematizados sobre esta población, lo que dificultaba la planificación y el seguimiento de acciones orientadas a la inclusión y a la permanencia. El artículo describe el recorrido metodológico adoptado, los cuidados éticos implicados y los principales resultados obtenidos, con énfasis en la

diversidad de identidades de género, la predominancia de personas no binarias entre las/os respondientes y la significativa demanda por baños sin marcación de género. También aborda cómo la sistematización de los datos contribuyó a hacer visibles experiencias antes poco reconocidas por las estructuras administrativas, en diálogo con debates sobre tecnologías de género (LAURETIS, 1987). La experiencia evidencia la relevancia de producir información consistente en interlocución con la comunidad universitaria.

**PALABRAS CLAVE:** Personas trans. Universidad. Políticas de inclusión. Tecnologías de género. Mapeo institucional.

**Caio Henrique INÁCIO FERREIRA,**  
*Universidade de Brasília - UnB*

*Assistente Social da Universidade de Brasília (UnB) lotado na Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Mestre em Políticas Públicas para Infância e Juventude – CEAM-UnB. Foi residente em Atenção Básica pela Fiocruz/Brasília e tem bacharelado em Pedagogia pela faculdade IBRA (2020). Ex-professor da Secretaria de Educação do DF. Foi tutor do Projeto Raízes voltado ao apoio e acompanhamento de estudantes indígenas, imigrantes e refugiados da UnB. Realizou estágio no Serviço de Estudos e Atenção a Usuários de Álcool e Outras Drogas (SEAD) do Hospital Universitário de Brasília (HuB) e participante/bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social (PET/SER) com ênfase na infância, juventude e socioeducação. Desenvolve pesquisas sobre os temas: Infâncias. Política Social, Saúde, Álcool e outras Drogas, Direitos Humanos, Diversidade, Saúde Mental.*

<https://orcid.org/0009-0002-9978-3780>

**Benedito RODRIGUES DOS SANTOS,**  
*Universidade de Brasília - UnB*

*Possui mestrado em Ciências Sociais Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia Berkeley (2002),*



*pós-doutorado pelas universidades Johns Hopkins (2005) e da Califórnia em Los Angeles (2006). Atualmente é professor/pesquisador colaborador do Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília - CEAM/UnB, Mestrado Profissional em Políticas para Infância e Juventude - PPGPIJ. Seus temas de pesquisa são: Formações culturais globais, contextos locais e construção de subjetividades. Cidadania, direitos humanos de crianças e adolescentes e políticas públicas. Poder, alteridade e formas de violência contra crianças e adolescentes. Estudos históricos e socio-antropológicos da infância e da adolescência e processos de construções/negociações identitárias. Possui expertise em estudos etnográficos comparativos entre Brasil e Estados Unidos. Sua linha de pesquisa atual é Políticas públicas, redes de proteção e atendimento à infância e juventude. Tem realizado consultorias de longa duração para organismos das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para Infância UNICEF-Brasil e organizações não-governamentais internacionais como a Childhood Brasil. É Diretor do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente - INDICA.*

*Recebido em: 20/01/2026  
Aprovado em: 12/04/2026*